

MARIA LÚCIA DE SANTANA BRAGA
MAURO OLIVEIRA PIRES

PARQUES ECOLÓGICOS E POPULAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL:
À PROCURA DA “NATUREZA” E DO LAZER

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 03: “Conflitos Socioambientais e
Unidades de Conservação”.

BRASÍLIA

Julho de 2000

1 - INTRODUÇÃO¹

O presente artigo apresenta parte da reflexão desenvolvida no âmbito da área de investigação intitulada *Gestão de Ecossistemas: Parques Ecológicos e População do Distrito Federal*, área integrante da pesquisa *Cidadania e Meio Ambiente: uma proposta de gestão ambiental para o Cerrado, o Distrito Federal e o Entorno*, executada pelo Núcleo de Políticas Científicas e Tecnológicas (NPCT) da Universidade de Brasília².

A escolha do objeto, parques ecológicos e população humana, deu-se em grande medida em função de duas ordens distintas e complementares: uma de cunho mais teórico e outra de ordem pragmática. Com relação à ordem teórica, interessava aos pesquisadores saber o grau de representatividade que os Parques Ecológicos têm para a compreensão das dimensões incrustadas no modo como se processa a relação entre o meio ambiente e a sociedade no Distrito Federal e, de certo modo, na região do Entorno e do Cerrado.

Quanto à ordem pragmática, a SEMATEC e o IEMA mantiveram durante os anos de 1996 e 1997 discussões e reuniões com a equipe do NPCT para que este Núcleo os auxiliasse na identificação de demandas e necessidades da população quanto à gestão e ao desenvolvimento dos parques ecológicos, sobretudo no que se refere a possibilidades de empreender parcerias entre o poder público, a comunidade e os empresários, com o fim de melhor equipar os parques ecológicos e promover a inserção dessas áreas no cotidiano da população.

Assim, a área de investigação teve como meta principal de trabalho mapear as unidades de conservação de uso direto, especificamente os Parques Ecológicos do Distrito Federal. No âmbito da pesquisa, procurou realizar um amplo diagnóstico socioeconômico da população circundante e visitante dessas áreas.

Conforme salientado acima, o que motivou os pesquisadores foi a possibilidade de encontrar elementos significativos que pudessem contribuir para a gestão ambiental dos parques ecológicos do Distrito Federal, considerando as especificidades e os anseios das populações que os freqüentam e os circundam. Assim, o objetivo da

1 A área de investigação contou com a colaboração dos bolsistas Rubens Carlos Palácios Soria, Shirley Daudt e Valdenisa Ferreira Costa.

2 O projeto, que teve o apoio do Programa RHAEC do Ministério de Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vem sendo executado desde o primeiro semestre de 1997 e foi concluído em fevereiro de 2000. Essa área de investigação contou com a parceria da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC) e do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (IEMA), órgãos do Governo do Distrito Federal.

pesquisa foi identificar, a partir do aparato teórico e metodológico das ciências sociais, informações que viessem subsidiar a ação governamental, de modo que essa se tornasse mais efetiva na busca de soluções e alternativas para os problemas que permeiam os parques ecológicos, de modo particular, e o meio ambiente urbano, de modo mais geral, no território do Distrito Federal.

Como áreas que poderiam ser enquadradas como Unidades de Conservação (UCs), os Parques Ecológicos do Distrito Federal são de especificidade distinta das demais unidades de conservação no território nacional, seja por sua localização situar-se em ambientes urbanos, seja em decorrência de sua destinação, espaço voltado ao lazer, à recreação, e ao “contato” com o verde e com a “natureza”³. Suas funções e características estão além da preservação ambiental *stricto sensu*. Os dados coletados pela pesquisa demonstram que as áreas dos parques ecológicos são diferentes das demais áreas de conservação e proteção e, portanto, merecem ser tratadas diferentemente, seja no âmbito de pesquisas e levantamentos, seja no âmbito das políticas públicas afetas ao tema ambiental, cultural e de lazer.

Segundo os critérios de diferenciação sócioeconômica da população, participação da comunidade na criação e supervisão das áreas, sensibilidade ambiental e pressão antrópica foram selecionados três parques ecológicos: Parque Ecológico Olhos d’Água (Plano Piloto), Parque Ecológico Taguatinga Cortado (Taguatinga) e Parque Ecológico São Sebastião (São Sebastião). O objetivo era acompanhar mais detidamente três parques com realidades distintas, e localizados em diferentes regiões do Distrito Federal, em termos ambientais, sociais e econômicos.

Os levantamentos primários nos parques ecológicos consideraram três dimensões básicas:

1. caracterização do perfil socioeconômico da população circundante;
2. representações sociais e expectativas da população em relação aos parques (visão preservacionista da flora e fauna, visão econômica, espaço de moradia e produção, visão da cidadania, e qualidade de vida); e
3. formas de gerenciamento ambiental das atividades já existentes nos parques e novas possibilidades de gestão por parte de diferentes atores sociais (Estado, comunidade, empresas, associações de

³ Esses termos estão entre aspas porque, conforme se discute no campo das representações sociais ou do imaginário, representam o tipo de relação que a população e mesmo o poder público empreendem na definição, na destinação e na gestão dos parques ecológicos. Ou seja, estes servem para permitir ao

moradores, organizações não governamentais, universidades e institutos de pesquisa).

A realização da pesquisa em três parques ecológicos localizados cada um em uma região administrativa do Distrito Federal decorreu da necessidade de comparar se realidades sócioeconômicas distintas implicam usos, representações e demandas sociais distintas. Ao mesmo tempo, convinha especificar os pontos comuns aos três casos, e por conseguinte, poder verificar se tais pontos poderiam indicar uma tendência geral para o universo de parques ecológicos do Distrito Federal. Tendo, portanto, duas hipóteses iniciais, a pesquisa caminhou em duas frentes: captar as singularidades de cada parque e ao mesmo tempo captar as semelhanças entre os três casos.

Para compreender essas especificidades convém inicialmente fazer uma descrição da realidade regional em que se encontram os parques ecológicos no Distrito Federal, situado na região do Cerrado, a sua importância ecossistêmica e social para, em seguida, aprofundar a análise de como se processa a relação entre as populações visitantes e circunvizinhas e os parques ecológicos.

Na realização da pesquisa, ficou bem claro que a desarticulação entre os diversos níveis estatais, aliada ao desconhecimento sobre as áreas sob responsabilidade governamental, é um dos principais problemas da gestão ambiental no Brasil, em particular no Distrito Federal. Deparou-se com a falta de dados que fornecessem os parâmetros necessários para a realização da pesquisa. Dada a amplitude do objeto, tornou-se imprescindível um levantamento inicial que indicasse os principais temas a serem investigados.

Por esse motivo, espera-se que os resultados da pesquisa possam ser considerados na reorientação da gestão desses parques pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC) e pelo Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (IEMA) do Governo do Distrito Federal, conforme os objetivos afirmados entre essas instituições e o NPCT/UnB, no início dos trabalhos e da parceria.

Esse parece ser o papel da pesquisa, de cunho mais aplicativo, embora com nuances teóricas definidas, que resolveu assumir o desafio de enfrentar questões sócio-ambientais atuais e buscar contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a área de meio ambiente e sociedade.

2. CERRADO E DISTRITO FEDERAL: TEMAS SÓCIO-AMBIENTAIS

A realidade do Cerrado brasileiro é diferente daquela da região amazônica, por um lado, e da Mata Atlântica, por outro. Enquanto na Amazônia a taxa de desmatamento gira em torno de 13 a 15% de sua área original, na Mata Atlântica, 93% da área remanescente encontram-se devastados. Nesse último caso, a taxa assustadora de desmatamento levou alguns séculos de exploração humana.

Na Amazônia, pode-se dizer que, mesmo com o intenso processo de pressão antrópica ocorrido nas últimas três décadas, 87% da região ainda estão com sua cobertura vegetal original. Longe de ser uma situação confortável, considerando-se as dimensões dos territórios cobertos por floresta amazônica, significa que nesse caso é ainda possível desenvolver políticas de conservação e não apenas de recuperação.

No Cerrado, em trinta anos de ocupação acelerada e desordenada, houve o desmatamento em torno de 48%, segundo dados de Alho e Martins (1995), ou seja, sua taxa de desmatamento é maior para o mesmo período verificado na Amazônia, e se considerar que, em apenas trinta anos, alcançou esse índice não será surpresa se nos próximos decênios ultrapassar a taxa de desmatamento da Mata Atlântica. De acordo com os estudos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), divulgados no *Workshop Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*, realizado em março de 1998, apenas 1/3 das áreas de Cerrado encontra-se pouco antropizado (Funatura *et al*, 1999).

Em trabalhos anteriores (Pires, 1996 e 1999 e Duarte 1998), buscou-se demonstrar os motivos pelos quais o Cerrado foi rapidamente incorporado ao processo produtivo, alcançando altas taxas de desmatamento, com a conseqüente perda da biodiversidade local.

Estudos recentes (Funatura *et al*, 1999) indicam a importância do bioma Cerrado para o meio ambiente global, seja em função de sua biodiversidade, seja em função do estoque de carbono que acumula em seu subsolo, graças ao sistema radicular das plantas, seja ainda em função da quantidade de recursos hídricos que acumula e distribui para o continente sul-americano. O Cerrado contribui, portanto, com diversidade biológica, água e conservação de carbono em seus 202 milhões de hectares no interior do país.

No entanto, a despeito de suas contribuições ambientais, a região tem sido considerada pelo conjunto da sociedade como um “espaço vazio” (Pires, 1996 e 1999b) para a produção de *commodities* de interesse econômico nos mercados mundiais, especialmente o asiático e o europeu. A importância do Cerrado está para a

agenda econômica mundial relacionada apenas à sua participação na geração de produtos primários. Suas características ambientais e mesmo sociais estão subsumidas na ótica economicista, predominante na alocação dos recursos públicos e privados dos investimentos.

Conforme discutido em sua dissertação de mestrado, Pires (1996) destaca que o Cerrado no imaginário coletivo era visto como algo feio, raquítico e fraco, mas que, com as inovações tecnológicas da Revolução Verde da agricultura, poderia se tornar o grande celeiro mundial. Essa transformação, de raquítico para potência, teve seu auge no início dos anos 1980, quando os principais resultados da transformação produtiva da região mostraram altos índices de produção e produtividade agrícolas, no que se refere a relação custo e benefícios financeiros.

É claro que algumas pequenas iniciativas ou tendências de valorizar o Cerrado, a partir de suas características ecológicas e mesmo sociais, dados a cultura e os povos que o habitam, começaram a ocorrer. No entanto, essas se encontram em ritmo lento e às vezes são marginais, isto é, não estão presentes no centro de decisão que trata dos rumos do desenvolvimento econômico do país, a exemplo das grandes obras previstas para ampliar o crescimento econômico da região, com a implantação de hidrovias, ferrovias e investimentos em alimentos transgênicos, desconsiderando-se as variáveis ambientais.

A degradação ambiental no Brasil, e no Cerrado, em particular, não ocorre separadamente dos problemas sociais, ao contrário. Não é difícil, assim, levantar os inúmeros entraves sociais trazidos pela ocupação desordenada da região, conforme citado no documento da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais (1999): aumento do nível de pobreza na região, tendência ao recrudescimento do êxodo rural, com reflexos imediatos para a estrutura urbana das cidades da região (em especial, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Anápolis e Campo Grande), despreparadas para atender demandas crescentes, resultando, na maioria das vezes, em problemas urbanos semelhantes aos que ocorrem nas regiões mais populosas do país. A migração de desempregados do Nordeste e Sul agrava ainda mais a situação de emprego e o crescimento das favelas peri-urbanas, com altos índices de criminalidade.

Acrescente-se ainda os problemas das comunidades indígenas no Cerrado, que além de não terem suas terras totalmente demarcadas e de não contarem com assistência condizente, constantemente são alvos de ações e projetos públicos e privados que ameaçam o seu modo de vida próprio.

Há uma forte relação entre problemas ambientais e problemas sociais no país, em que a realidade do Cerrado se destaca, trazendo reflexos diretos para a estrutura urbana, que aqui interessa mais especificamente. A realidade do Distrito Federal e do Entorno é bastante interessante do ponto de vista sociológico para a compreensão de como os espaços urbanos e o meio ambiente são tratados na região do Cerrado.

Em verdade, dada a magnitude populacional e importância política para o cenário regional e nacional, o caso do Distrito Federal conforma uma peculiaridade distinta. Isso significa que não é possível falar em problemas regionais do Centro Oeste sem se ater ao caso do Distrito Federal e Entorno. O mesmo se aplica ao que se refere a questões ambientais.

O Distrito Federal bem como o seu Entorno são regiões que nos últimos anos receberam inúmeros contingentes populacionais em busca de moradia e com a aspiração de melhores condições de vida, o que nem sempre tem sido alcançado quando aqui chegam. De qualquer forma, a ocupação urbana na região, a despeito de planos diretores e tentativas de zoneamentos, não tem respeitado as fragilidades ambientais das áreas, vide o que ocorre na instalação de assentamentos humanos em locais com menor valor econômico, como a cidade da Estrutural em meados dos anos 1990, e a instalação de cidades como Samambaia e Recanto das Emas, em fins dos anos 1980.

No entanto, se eram locais cujo valor da terra era baixo, ao contrário da realidade presente, são locais que deveriam ser considerados do ponto de vista da conservação ambiental e garantia da qualidade dos recursos hídricos, especialmente os subterrâneos. Essas questões não foram consideradas na alocação de infraestrutura indutora da ocupação urbana em tais regiões.

Esses aspectos tornam o Distrito Federal uma realidade privilegiada para estudar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, pois demonstram as tramas e as correlações de forças presentes na conformação do espaço destinado a iniciativas privadas e iniciativas públicas ou coletivas. Mesmo adotando o maior nível de renda *per capita* nacional e abrigando a capital federal, o Distrito Federal não conseguiu estipular critérios mais firmes na garantia de espaços para a conservação ambiental.

Ocupando uma área de mais de 5 mil Km² quadrados, em que estão inclusos 43 Km² de águas internas, o Distrito Federal tem 90% de sua área coberta por fitofisionomias características do bioma Cerrado, abrigando uma representativa variedade biológica típica dos Cerrados. Somente na Área de Proteção Ambiental do

São Bartolomeu foram catalogadas mais de 1700 espécies de plantas vasculares. Segundo dados de Klink *et al.* (1996), são conhecidas mais de 400 espécies de aves, 67 de gêneros de mamíferos e 30 espécies de morcegos, somente na região do Distrito Federal. Mamíferos de maior porte também são encontrados como o veado campeiro, o veado mateiro e veado mirá, animais visados e que sofrem com a abertura de novas áreas para os plantios agrícolas e assentamentos urbanos.

Embora rica em biodiversidade, no caso do Distrito Federal e do Entorno, o que mais torna evidente é que a região é alvo de problemas ambientais relacionados com a intensa ocupação do solo, tanto para fins urbanos quanto agrícolas, pois a região se destaca no que se refere a produção de alimentos consumidos.

É claro que, diferentemente de outras Unidades da Federação, o Distrito Federal conta com uma quantidade maior de áreas protegidas ambientalmente, como são os casos do Parque Nacional de Brasília e Reserva Ecológica do IBGE. No entanto, essas unidades de conservação recebem intervenções constantes e nem sempre estão dotadas de infra-estrutura adequada para o seu funcionamento.

A criação de Brasília, sem dúvida, exerce um poder de atração para migrantes em direção à capital do país. No entanto, o Distrito Federal não está dotado de capacidade suficiente para absorver contingentes populacionais sem lançar mão dos recursos naturais da região como água e solo. O mesmo ocorre no caso do Entorno, que nos últimos anos, está crescendo a taxas elevadas. Esse processo repercute na situação da biodiversidade local e, especialmente, na utilização dos recursos hídricos.

Ao consultar autoridades que lidam com o assunto do desenvolvimento e urbanização, transparece nitidamente o dilema do desenvolvimento *versus* meio ambiente. Trata-se de uma visão corrente, que aqui interessa particularmente. A pressão por áreas urbanizáveis para a construção de moradias tem feito com que terrenos antes destinados a outros fins transformem-se em lotes urbanos. O aparecimento de condomínios horizontais residenciais, por um lado, e o surgimento de novas cidades, por outro, são fenômenos consolidados nos anos 1990 em todo o Distrito Federal. No caso do Entorno, um exemplo desse processo é a cidade de Águas Lindas, em Goiás, que a cada ano, expande sua área urbana, ocupando espaço antes destinado a fazendas e pequenas propriedades rurais.

O Distrito Federal exerceu políticas de atração de pessoas para sua região, como, por exemplo, a doação de terrenos para população de baixa renda e conseqüente construção de cidades como Samambaia e Santa Maria. Essa política

embora não tenha sido desempenhada pelo governo passado, gestão 1995-1998, ainda faz parte do imaginário de quem procura o Distrito Federal para residência.

A especulação imobiliária, a despeito de ter sido alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito há alguns anos atrás, acaba por favorecer e a influenciar o crescimento desordenado das cidades satélites e do Plano Piloto. Em consequência, acaba diminuindo a disponibilidade de áreas para o uso coletivo e para a manutenção de espaço verde com a instalação, por exemplo, de parques ecológicos. Novamente, o argumento que fundamenta esse tipo de dominação do espaço urbano é o dilema desenvolvimento *versus* meio ambiente ou qualidade de vida. O argumento é de que a “cidade não pode parar, que o país precisa crescer e gerar emprego”. Tais dilemas são tratados com maior detalhe no artigo de Pires e Braga também presente nesse livro.

É nesse quadro que aparecem os parques ecológicos do Distrito Federal. São áreas, que sem infra-estrutura adequada, servem também como zona de escape para a construção de habitações. Não sem motivos, vários parques ecológicos encontram-se envolvidos com problemas relativos à invasão por casas e ou chácaras, além dos problemas de esgoto e poluição.⁴

A política de criação de áreas protegidas, conforme apregoa Diegues (1998), tem em sua raiz o mito da natureza intocada e do paraíso perdido. São áreas que antes de serem voltadas para a conservação da natureza, servem como refúgios para os habitantes urbanos, para o contato com a natureza “virgem”, como no paraíso bíblico. No Distrito Federal, essa visão acaba também estando presente, de uma maneira ou outra, e nesse sentido a instalação de parques ecológicos servem como ambiente para a realização do lazer e da recreação dos habitantes das quadras vizinhas. No entanto, a situação real dos parques parece estar longe de sua destinação presente no imaginário da população e de quem os criou, conforme se descreve adiante. Convém, portanto, mencionar a situação desses parques ecológicos.

Mas antes disso é oportuno lembrar que nos últimos anos os principais temas ambientais discutidos pelos atores sociais envolvidos (governos, entidades não governamentais, empresários e organismos multilaterais) estão baseados no que se denomina de *agenda verde* (biodiversidade, especialmente), e menos na *agenda marrom* (questões de saneamento, e, sobretudo, questões urbanas).

⁴ Consultar na presente coletânea o artigo de Roseli Senna e Zita Leal.

Em verdade, parece ter havido um deslocamento das preocupações ambientais. Se até os anos 80, os temas quentes envolviam-se com questões urbanas, como a poluição, por exemplo, a partir do final da década desta década houve um redirecionamento para os temas verdes, como a biodiversidade, o efeito estufa, águas internacionais e desertificação. A pauta saiu do espaço urbano e conduziu as discussões para os ambientes não-urbanos, se não propriamente rurais.

Esse deslocamento, no entanto, não decorreu da resolução dos conflitos ambientais urbanos. Ao contrário, a mudança de eixo fez com que, na política ambiental brasileira, temas cruciais para a vida urbana permaneçam sem recursos e sem soluções. Isso é evidente, por exemplo, quando se comparara o número de entidades não governamentais dedicadas a temas verdes e aquelas destinadas a assuntos da agenda marrom.

O mesmo se aplica a políticas de governo. Geralmente nos organogramas governamentais, o setor ambiental encontra mais visibilidade quando separado de outros setores, como o de saneamento. Em verdade, quando há junção desses setores, parece haver uma dominância do setor de saneamento e de recursos hídricos sobre o setor propriamente ambiental. Assim, geralmente, os setores de saneamento e recursos hídricos são distribuídos para as forças hegemônicas, enquanto a área ambiental é relegada a grupos politicamente menos fortes.

3. PARQUES ECOLÓGICOS NO DISTRITO FEDERAL: UMA RADIOGRAFIA

No Distrito Federal, é utilizada uma conceituação que distingue parques ecológicos e parques de uso múltiplo. Em geral, os de uso múltiplo são aqueles que contam com várias formas de utilização por parte da população como lazer e a realização de cursos de formação. Não se enquadram em ecológico porque não contam com vegetação original. São parques que já perderam as características naturais do local. Os parques ecológicos, por sua vez, seriam aqueles que contam com as características naturais ou resquícios ainda relativamente conservados. Tanto os de uso múltiplo quanto os ecológicos são administrados pelo IEMA.

No entanto, essa classificação administrativa não tem sido respeitada sequer pelos órgãos públicos. A própria Câmara Legislativa do Distrito Federal, em certas ocasiões, confunde as duas categorias. Na maior parte dos casos, os de uso múltiplo são tidos como recreativos exclusivamente, enquanto os parques ecológicos mantêm ou buscam recuperar a vegetação e a fauna original. Alguns parques denominados como ecológicos não são na realidade ecológicos, porque não cumprem nenhuma

função ecossistêmica, dada a sua degradação e, portanto, não tem valor ecológico. Para os propósitos da pesquisa, as duas classificações, uso múltiplo e ecológico, são tratadas de maneira geral como parques ecológicos, por ser a denominação mais generalizada.

O Distrito Federal conta atualmente com mais de 40 parques, o que teoricamente aumenta as áreas de ecossistemas naturais. No entanto, a criação de parques ecológicos é aprovada pela Câmara Legislativa sem que pelo menos os poligonais (coordenadas cartográficas que especificam os limites de uma área) sejam definidos. Em vários casos os parques não são efetivados porque simplesmente não são localizados.⁵

Como afirma o atual diretor do IEMA, Fernando Fonseca⁶, a maior parte dos parques está depredada e mais parques são aprovados sem a previsão dos recursos para sua instalação e manutenção. De acordo com a Gerência de Conservação Ambiental do IEMA (Ferreira 1999), em linhas gerais, os principais problemas dos parques referem-se à:

- questões fundiárias: ocupações antigas que abrangem pequenas comunidades urbanas ou sítios e chácaras na zona rural, invasões instaladas etc.
- ausência de fiscalização;
- forte antropização, especialmente nos parques mais próximos da malha urbana, com problemas de falta de esgotamento sanitário, poluição hídrica, desmatamento e erosões;
- introdução de animais domésticos competindo com a fauna local; e
- falta de orientação dos usuários quanto a procedimentos menos impactantes ambientalmente.

A situação dos parques ecológicos já motivou a realização de dois encontros sobre o assunto no Distrito Federal. Em sua segunda versão, o Encontro de Parques Ecológicos, realizado em 1996, contou com a presença de várias entidades não governamentais, sociedades de amigos de parques, órgãos governamentais e representantes de partidos políticos. A idéia era traçar um diagnóstico sobre os

5 No ano de 1999, foi aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal o PLC 202/99 e depois sancionado pelo governador como a Lei Complementar 265/99 que dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal. Mais recentemente, foi editado o Decreto 21.03 de 14 de março de 2000 que cria, no âmbito do Distrito Federal, a Comissão Permanente visando implantar Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo.

6 Entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense, em 25 de maio de 1999.

parques e propor alternativas de gestão (Cf. Labarrère 1996). Como resultados, foram elaboradas inúmeras propostas que a julgar pelos desdobramentos posteriores ainda não se concretizaram.

Não será possível aqui traçar o perfil de cada um dos parques existentes no Distrito Federal⁷. Antes disso, importa chamar a atenção para o fato de que o poder público encontra-se sem condições para realizar a gestão dos parques ecológicos e que, a comunidade ao mesmo tempo em que se encontra disposta a colaborar, se vê diante de amarras burocráticas e falta de recursos para efetivar a co-gestão dessas unidades. Durante o II Encontro de Parques Ecológicos, chegou-se até a propor a participação da iniciativa privada nos parques, com o fim de angariar recursos para as áreas. No entanto, segundo o IEMA, essa ainda é uma iniciativa que não foi adiante.

Os resultados aqui apresentados, coletados posteriormente a realização do II Encontro, apresentam algumas considerações que merecem ser analisadas, especialmente no que se refere à participação da comunidade e da iniciativa privada. Sua análise poderá contribuir para a melhoria da gestão dessas áreas no Distrito Federal.

Em relação às áreas, observa-se que quanto mais recente a criação do parque, menor é a sua área. Além disso, a maior parte dos parques ainda não foi delimitada, o que dificulta ainda mais a situação fundiária dos mesmos. Cabe salientar a situação do Parque do Setor O, que de acordo com a assessora da Câmara Legislativa, Roseli Senna⁸, é uma área verde menor que uma quadra, ao lado de um posto de gasolina, que deveria ser uma praça. Essa situação demonstra a argumentação acima desenvolvida de que a concentração urbana pressiona cada vez mais as áreas verdes existentes, ao ponto de restringir sua função no ecossistema urbano e tornar mais cara a recuperação da área.

A política de criação de parques teve seu auge entre os anos de 1994 e 1996, quando grande parte dos mesmos teve aprovado seus decretos ou leis. Cabe salientar que ao parlamentar é mais fácil apresentar projetos de lei que dispõem ou autorizem o Poder Executivo a criar parques ecológicos, sem, no entanto, apontar a origem dos recursos. Geralmente, os índices de avaliação de mandato parlamentar consideram o número e não o conteúdo das propostas elaboradas por cada membro do Poder Legislativo. Assim, o parlamentar vê-se obrigado a enviar, sempre que possível, projetos de lei, a fim de aumentar seu índice de desempenho. Muito por isso é que no

7 Convém consultar Labarrère (1996), Ferreira (1999) e principalmente o artigo de Senna e Leal (2000) para conhecer mais precisamente a situação de cada um dos parques do Distrito Federal.

8 Entrevista concedida ao jornal Correio Braziliense, em 25 de maio de 1999.

período acima aludido tenha se ampliado o número de projetos de lei criando parques ecológicos.

Analisando-se os projetos de lei de autoria dos deputados distritais e do Executivo, percebe-se que todos mencionam a necessidade de manutenção de áreas verdes “intocadas”, como cita o deputado Wasny de Roure (1996) em seu projeto de lei para a criação do Parque São Sebastião. Não é difícil encontrar razões do tipo “necessidade de convívio com a natureza” (Decreto nº 11.467/1989), manutenção da biodiversidade (Decreto nº 15.898/1994) como justificativas para a criação de parques ecológicos. Em seguida, aparecem motivos como a necessidade da prática do esporte e do lazer para a população vizinha. No entanto, essas propostas não se propõem a solucionar as questões fundiárias envolvidas, que sem dúvida estão entre as mais importantes para a regularização das áreas dos parques, bem como dos moradores envolvidos.

De acordo com Ferreira (1999), alguns parques contam com moradores há mais de 30 anos dentro de seus limites. Nesse caso, convém recordar a discussão estabelecida por Diegues (1998) na qual demonstra como as áreas protegidas, no modelo de parques nacionais, acabam sempre ocasionando conflitos entre a população local e os interesses do meio ambiente. No Brasil, as áreas protegidas foram muitas vezes traçadas sem considerar os moradores locais, e sem resolver antes a situação fundiária, o que gera e amplia os conflitos a esse respeito.

Nesse sentido, o caso dos parques ecológicos do Distrito Federal não foge à regra. Conforme discutido acima, é mais fácil criar um parque ecológico “no papel” do que implantá-lo efetivamente. Essa constatação baseia-se ainda na comparação entre as ações desenvolvidas pelos dois últimos governadores no Distrito Federal. Seja no período de Joaquim Roriz, até 1995, seja no período de Cristovam Buarque, até 1998, a situação dos parques não mudou efetivamente, dada as dificuldades envolvidas. Considere-se que são dois representantes que compartilham programas de governo distintos e mesmo antagônicos e, no entanto, não avançaram significativamente na resolução dos problemas relacionados aos parques ecológicos, apesar de no último governo ter demonstrado, no início de seu mandato, maior preocupação com essas áreas que o anterior. Porém, da metade para o final do mandato, os parques ecológicos permaneceram sem a atenção devida. Nesse governo, estipulou-se a meta de revitalizar 13 parques ecológicos, o que não se alcançou como reconhece a própria SEMATEC e o IEMA em seu documento “Relatório 4 anos de meio ambiente” (1998).

Outro fator importante sobre os parques ecológicos refere-se ao potencial desses para a promoção da educação ambiental e a conscientização da população sobre as questões ambientais. Os parques ecológicos são ambientes úteis para a formação da cidadania, especialmente no que se refere à ecologia e educação. No entanto, esse potencial não tem sido explorado tanto pelos órgãos públicos como pela sociedade de maneira geral.

É claro que existem algumas entidades não governamentais que atuam em favor da conservação dos parques ecológicos e chegam a promover em conjunto com a população campanhas pela preservação. Porém, são iniciativas isoladas, apesar do sucesso e da recepção junto aos moradores. Deveriam ser ampliadas e difundidas para todos os parques, pois além de promover a educação ambiental, estariam estimulando a participação social e, por conseguinte, estimulando a cidadania. Esse parece ser um dos grandes potenciais de ter em plenos centros urbanos áreas como as dos parques ecológicos.

Há que incentivar e promover diversas atividades para a população nas áreas do parque e a partir dessas desenvolver cursos de formação ambiental, demonstrando os valores necessários para um ambiente sadio. Esses cursos poderiam disseminar conceitos ecológicos e a importância da conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, tão presentes em área de Cerrado. Ao mesmo tempo, estariam promovendo a valorização do Cerrado para a sociedade urbana, e assim, contribuindo para mudar a idéia de que o Cerrado não tem importância ecológica.

Como ressaltado anteriormente, esse potencial tem sido pouco explorado no Distrito Federal, embora não falem iniciativas legislativas para a criação em lei desses parques. Seria oportuno à Câmara Legislativa e à SEMATEC desenvolver mecanismos institucionais de valorização dos parques ecológicos e da promoção da educação ambiental nessas áreas.

A partir dessas considerações e análises sobre a situação dos parques ecológicos, convém discutir os dados obtidos pela pesquisa junto aos moradores e visitantes entrevistados em cada um dos parques selecionados para a amostra.

4 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa junto à população e aos visitantes dos parques ecológicos selecionados para a amostra realizou-se por meio de um questionário estruturado em três partes: perfil socioeconômico, representações sociais e gerenciamento do parque. Foram aplicados 206 questionários na região do

Parque Ecológico Olhos d'Água, 152 no Parque Ecológico Taguatinga Cortado e 156 no Parque São Sebastião.

Assim, são apresentados abaixo os resultados do levantamento, de acordo com a divisão acima aludida. Inicia-se por uma discussão geral, apresentando-se e discutindo-se os resultados e em seguida comenta-se as especificidades de cada parque. Ao final, são apontadas em forma de síntese as principais indicações da pesquisa e suas relações com as hipóteses iniciais propostas.

A parte do questionário destinada ao levantamento do perfil socioeconômico dos entrevistados conteve perguntas sobre sexo, estado civil, idade, número de residentes por faixa etária, região de origem, profissão, endereço, tipo de moradia, renda familiar e grau de instrução. Faz-se abaixo uma apresentação geral de cada variável comparando os três parques ecológicos analisados.

Iniciando a descrição por sexo, percebe-se que a maior parte dos entrevistados pertence ao sexo masculino, sendo que o Parque Ecológico Taguatinga Cortado destaca-se pelo fato de mais de 2/3 dos entrevistados serem do sexo masculino. Quanto ao estado civil, há uma relativa distribuição dos entrevistados entre as categorias de casado e solteiro, sendo que no caso do Parque de São Sebastião há uma tendência para os entrevistados casados enquanto no caso do Parque Olhos D'água a tendência é para os solteiros.

Com relação à faixa etária, percebe-se que a maioria dos entrevistados situa-se no intervalo entre jovens e adultos, sendo que no caso do Parque São Sebastião o maior grupo de entrevistado situa-se na faixa etária de até 25 anos. A maior parte dos entrevistados tem como região de origem o Centro-Oeste seguido da região Nordeste, enquanto a região Sul não representa um número expressivo. Observe-se que o Parque Ecológico Taguatinga Cortado conta com metade de seus entrevistados na região Centro-Oeste.

Observe-se que a maior parte dos entrevistados em São Sebastião conta com casa própria, fato que é explicado pelo tipo de ocupação ocorrido nessa cidade satélite. Em verdade, nos três parques ecológicos, os entrevistados situam-se em geral como residentes em casas próprias.

Com relação à renda familiar, o que mais chama a atenção é o fato de que a maior parte dos entrevistados no Parque Ecológico Olhos d'Água situar-se entre aqueles que detêm uma renda familiar acima de 21 salários mínimos, enquanto 23% dos entrevistados em São Sebastião receberem até 2 salários mínimos como renda familiar. Essa diferença econômica pode representar mudanças substanciais na forma

de compreender os parques ecológicos. Os entrevistados do Parque Taguatinga Cortado situam-se numa posição intermediária entre os dois outros parques. O Distrito Federal, por meio dos dados desta pesquisa, revela ser um território bem demarcado do ponto de vista da renda familiar. Quanto mais pobre, a família tende a morar em locais mais distantes, enquanto mais rica situa-se no Plano Piloto. Em outras cidades, talvez essa diferença não seja tão nítida, embora exista.

Novamente, chama a atenção a diferença entre os entrevistados do Parque Ecológico Olhos d'Água e os entrevistados do Parque São Sebastião. Enquanto os primeiros destacam-se por terem curso superior, os segundos destacam-se por terem apenas até a 8ª série do primeiro grau. Novamente, a situação de Taguatinga Cortado está na posição intermediária, mas tendendo para os extremos da situação de São Sebastião.

4.1 - SITUAÇÃO DO PARQUE OLHOS D'ÁGUA

Do conjunto de informações obtidas durante as entrevistas quanto ao perfil socioeconômico dos entrevistados, no caso do Parque Olhos d'Água, o que mais está evidente é a privilegiada situação sócioeconômica. A maioria (68%) possui casa própria ou financiada. Ao mesmo tempo, 45% dos entrevistados disseram ter uma renda familiar acima de 21 salários mínimos. Essa situação demonstra que o Parque Ecológico é freqüentado ou tem como vizinhos indivíduos provenientes dos estratos da classe média e classe média alta.

Com relação a grau de escolaridade, 53% dos entrevistados possuem nível superior. O nível educacional dos entrevistados aparece como um fator especial na conformação de suas opiniões acerca do parque e do meio ambiente, conforme demonstram os dados da pesquisa.

Ainda com relação a esse parque, a maioria dos entrevistados é oriunda de outras regiões do país, especialmente da região Sudeste. Tem-se assim um conjunto de entrevistados que são ao mesmo tempo oriundos da região Sudeste, membros da classe média e com nível superior.

4.2 SITUAÇÃO DO PARQUE TAGUATINGA CORTADO

Com relação a esse parque, as variáveis indicam que os entrevistados situam-se numa posição intermediária entre aqueles do Parque Olhos d'Água e São Sebastião. A maior parte dos entrevistados nesse parque é do sexo masculino (72%), enquanto apenas 28% pertencem ao sexo feminino.

No que diz respeito à faixa etária, a maior parte dos entrevistados encontra-se na casa dos “até 25 anos”. Porém, as faixas etárias de “26 a 35 anos ” e de “36 a 45 anos” também apresentam frequências altas.

A situação sócioeconômica dos entrevistados desse parque pode ser avaliada pelas questões de moradia (60% própria), renda familiar (entre 2 e 10 salários mínimos), escolaridade (de 5ª série à segundo grau completo). Portanto, conforme afirmado acima, este Parque está numa posição intermediária entre os extremos que são neste caso o Parque Olhos d’Água e São Sebastião.

4.3 SITUAÇÃO DO PARQUE SÃO SEBASTIÃO

Os entrevistados do Parque Ecológico São Sebastião contam com uma baixa condição socioeconômica. A renda familiar com maior índice na pesquisa situa-se entre 2 e 5 salários mínimos.

Além disso, a maior parte dos entrevistados é de migrantes, especialmente provenientes da região Nordeste (62%). Outro fator interessante é que 42% dos entrevistados vieram da zona rural. Esses dados revelam que o Brasília é um fator de atração para migrantes de baixa renda que quando aqui chegam encontram em cidades como São Sebastião e Santa Maria os locais privilegiados para a sua instalação.

O nível educacional também evidencia o baixo desempenho socioeconômico dos entrevistados. A escolaridade varia entre “alfabetizado” e “5ª. a 8ª séries”. A educação mantém íntima relação com as visões das pessoas acerca da realidade que as circundam. O que se afirma é que a educação se realiza empreendendo exatamente valores sociais, culturais e econômicos que se expressam também na relação entre o indivíduo e o seu meio ambiente.

5 - REPRESENTAÇÕES E USOS DO PARQUE ECOLÓGICO

Outro conjunto de informações coletadas durante a aplicação dos questionários refere-se a representações sociais ou imaginárias sobre o Parque Ecológico. Durante a primeira fase de aplicação das entrevistas, isto é, junto aos moradores e visitantes do Parque Ecológico Olhos d’Água, o questionário continha uma pergunta que foi excluída nas aplicações posteriores, pois não ajudava a compreender as opiniões dos entrevistados. Essa pergunta era: “O senhor concorda com a existência do parque ecológico Olhos d’Água? ”.

Uma das poucas perguntas com respostas abertas do questionário foi a seguinte: “Para o senhor, o que é um parque ecológico?”. Essa questão buscava compreender as representações da população sobre os parques ecológicos e captar as primeiras relações que faziam em relação a parque ecológico e outros temas. A partir das respostas dos entrevistados, surgiu uma pré-classificação, assumida expressamente nas versões dos questionários posteriores à aplicação em Olhos d’Água.

Outra pergunta que apareceu somente nos questionários voltados ao Parque Taguatinga Cortado e São Sebastião, refere-se à função do parque ecológico: “Para o senhor, para que serve o Parque Ecológico?”. Essa pergunta veio substituir outra presente no questionário aplicado no Parque Olhos d’Água, conforme acima citado.

Reflexões importantes para a pesquisa surgiram a partir das respostas fornecidas a esse questionamento. Uma delas é que a maior parte dos entrevistados do Parque Ecológico Olhos d’Água afirma ser o parque ecológico um lugar voltado a proteção ambiental, exclusivamente. Enquanto isso, um número expressivo de entrevistados do Parque São Sebastião expressou a opinião de que o parque ecológico é um lugar voltado para a realização do lazer e recreação, em primeiro lugar. A situação do Parque Cortado encontra-se novamente na intermediária, mas quando se pergunta para que serve o parque ecológico o seu percentual aproxima-se da posição dos entrevistados de São Sebastião.

Se se realizar o cruzamento entre essa questão e o perfil socioeconômico dos entrevistados, percebe-se que quanto maior a renda e o nível de educação, maior será o percentual de entrevistados que vêem nos parques ecológicos o espaço voltado à preservação. Em posição contrária, quanto menor a renda e o nível de educação, maior o número de entrevistados que opinam ser o parque ecológico o local voltado, em primeiro lugar, para o lazer da população.

Continuando nessa linha de argumentação, é possível dizer que no caso da cidade de São Sebastião, que não conta com uma oferta adequada de espaços coletivos e públicos destinados ao lazer, a população vê no parque ecológico a oportunidade de realizar suas atividades recreativas. Isso é especialmente relevante se considerar que no parque existe um pequeno campo de futebol, feito pelos moradores, a partir da derrubada da mata original. Essa cidade, além da distância do Plano Piloto, é deficitária em linhas de ônibus e infra-estrutura. O parque ecológico aparece como uma das poucas possibilidades de uso coletivo.

Já no caso do Parque Olhos d'Água, apesar de ser um parque com uma infraestrutura debilitada e inacabada, a população, pertencente em parte a estratos de classe média e classe média alta, conta com mais condições de encontrar, para além daquela área, locais para a realização de suas atividades recreativas e de lazer. Ao mesmo tempo, dado o nível educacional, as respostas dos entrevistados em grande parte relacionam-se com a questão ambiental dos parques ecológicos, ressaltando sua qualidade para a proteção e em menor escala para lazer aliado à proteção.

Em várias respostas, captadas durante a codificação, manifestam-se opiniões como sendo o parque o local de “contato com a natureza, com o verde”, “de preservar o Cerrado”, conforme dito acima. Aparentemente essas situações parecem contrastar com a visão hegemônica de que o Cerrado é o celeiro do mundo, isto é, que serve exclusivamente para a produção econômica. Nos casos da pesquisa, alguns moradores demonstraram a necessidade de contar com a natureza do Cerrado, ou pelo menos, demonstraram conhecer os problemas ambientais por que passa a região.

Entretanto, conforme discutido em Diegues (1998), a sociedade urbano-industrial desde o século passado cultua o mito da natureza intocada, que estaria disponível em áreas mais afastadas do espaço urbano. Trata-se de um mito porque na verdade desconhece os usos e os modos de vida humanos presentes nessas áreas em gerações passadas. Ao mesmo tempo, essa visão supõe que o todo o contato humano com a natureza é invariavelmente destrutivo, o que nem sempre foi assim. O que ocorreu foi a transformação da natureza. Entretanto, a sociedade urbano-industrial, dado o seu modelo de desenvolvimento e demandas, empreende mudanças naturais numa proporção jamais imaginada.

No caso específico dos parques ecológicos do Distrito Federal, que são ilhas dentro do espaço urbano, estes servem como elo entre o habitante e o resquício de natureza e de vegetação original. Assim, o habitante urbano carece de áreas verdes, pois o espaço urbano é eminentemente *anti-natural*. Essa parece ser uma visão presente no imaginário dos entrevistados pela pesquisa.

Por outro lado, a visão de que o espaço urbano no Distrito Federal necessita de áreas verdes “intocadas” ou originais ou a recuperar não é contraditória com a visão de que o Cerrado seja o celeiro do mundo. Antes disso, parece ser uma visão complementar.

O imaginário urbano de que são necessárias ilhas de proteção ambiental que permitam o contato humano com a beleza cênica da natureza assim se fundamenta

numa visão que compartimenta o espaço: o espaço da produção, o espaço da moradia, o espaço da cidade e o espaço da proteção ambiental. Assim, por essa via de raciocínio o Cerrado poderia continuar sendo celeiro do mundo, mas preservando ilhas nos centros urbanos capazes de permitir ao habitante urbano o contato com a natureza.

Infelizmente, a pesquisa, embora aponte essas questões, não tem como resolvê-las definitivamente, o que demandaria outras oportunidades. No entanto, revelam que no imaginário urbano permeiam temas às vezes desconsiderados pelas políticas públicas da área ambiental. Convém, portanto, apontar outros dados importantes, como a frequência em cada parque.

5.1 FREQUÊNCIA NO PARQUE OLHOS D'ÁGUA

De acordo com o levantamento de campo da pesquisa, a maior parte dos entrevistados e seus familiares não costuma freqüentar o parque.

Observe-se que esse parque, dada sua localização, teria maiores condições de ser mais freqüentado pelos moradores. No entanto, como conta com pouquíssima infra-estrutura, não tem sido atrativo pelo menos aos entrevistados. Essa é uma situação que precisa ser considerada pelo poder público, no sentido de desenvolver atividades e instrumentos que atraiam os moradores da região para o parque ecológico.

Quando se observa que entre aqueles que freqüentam o parque ecológico, os dois maiores grupos são daqueles que assim o fazem apenas uma vez ou esporadicamente, a situação do Parque Olhos d'Água mereceria uma atenção especial.

5.2 FREQUÊNCIA NO PARQUE TAGUATINGA CORTADO

A situação desse parque parece ser um pouco diferente do Parque Olhos d'Água, conforme se pode ver a seguir.

De acordo com os dados, é maior o percentual de pessoas que durante a semana ou esporadicamente costumam utilizar-se das dependências do Parque Ecológico. Ressalte-se que o parque conta com policiamento interno, o que é importante para a garantia da segurança na área.

A maior parte dos que freqüentam o parque assim o fazem apenas ocasionalmente, não consubstanciando uma tendência semanal. Por outro lado, considerando-se todas as quantidades de vezes semanais em que se dirige ao

parque, é maior segundo o número de entrevistados. Um dos fatores que explicam a significativa frequência nesse parque parece ser a existência de um posto policial em suas dependências, com rondas diurnas.

5.3 FREQUÊNCIA NO PARQUE SÃO SEBASTIÃO

Com relação à frequência nesse parque, parece que a maior parte também não se interessa por ele, pois 58% disseram não frequentá-lo. Há que ressaltar, entretanto, que o Parque São Sebastião, ao contrário dos demais analisados, funciona como um atalho no interior da cidade de São Sebastião. São inúmeras as pessoas que o atravessam diariamente a fim de diminuir a distância, especialmente para alcançar o ponto de ônibus mais próximo.

Esse Parque Ecológico não conta com nenhuma infra-estrutura de lazer, recreação e mesmo de preservação ambiental. A única coisa existente é uma placa avisando tratar-se do Parque Ecológico São Sebastião. Ao mesmo tempo, é um parque muito depredado pelos próprios moradores, que jogam lixo, entulhos e dejetos na área.

Não sem motivo que neste parque houve 25% de entrevistados que mencionaram que preferiam uma outra edificação no local em vez de parque ecológico. Nos demais parques esse percentual nunca ultrapassou a 5%. Talvez por isso é que grande parte dos entrevistados conforme acima discutido refira-se a parque ecológico como local de lazer e de recreação e menos de proteção ambiental, apesar de no caso de São Sebastião, o parque localizar-se exatamente numa mancha de vegetação densa (mata).

Trata-se de uma informação relevante para a política de implantação dos parques ecológicos no Distrito Federal e que essa passe a considerar também os anseios da população local.

6 - EXPECTATIVAS QUANTO AO PARQUE ECOLÓGICO

O questionário também levantou as principais expectativas dos entrevistados quanto à melhoria dos parques ecológicos. A idéia era extrair elementos para a gestão ambiental dessas áreas, a partir dos interesses das comunidades envolvidas. O resultado segue abaixo.

Há que ressaltar que as principais expectativas que perpassam os três parques analisados são as seguintes:

- Construção de áreas de lazer, para a alimentação e a instalação de infra-estrutura no interior dos parques;
- Melhoria da qualidade ambiental interna e fim da poluição;
- Diminuição das invasões;
- Garantia da segurança para os visitantes;
- Manutenção do parque como patrimônio público; e
- Divulgação da existência do Parque.

As expectativas da população brasiliense em relação ao gerenciamento dos parques e à atuação do Governo do Distrito Federal estão intimamente ligadas à garantia de algumas demandas que também se apresentam em outras esferas da vida pública.

Se o principal problema é a falta de segurança, os moradores de São Sebastião, Taguatinga e Plano Piloto esperam que o GDF propicie a segurança necessária também nos parques. Isto está intimamente conectado ao fato de que o principal gerente é o governo que deve manter e administrar essas áreas. É claro que em todas as cidades observa-se a expectativa de que a população colabore com a gestão dos parques seja preservando, conscientizando os moradores ou ajudando na limpeza. Em menor proporção, mas de forma significativa, os moradores percebem que a iniciativa privada (comerciantes, pequenos e médios empresários) pode colaborar mediante parcerias com o governo ou com recursos para a infra-estrutura dos parques.

Não sem motivos, portanto, essas expectativas permeiam a visão dos entrevistados, pois são questões ainda não solucionadas na gestão dos parques ecológicos. E por isso precisam ser bem estudadas e discutidas com o conjunto da população a fim de estabelecer as prioridades e as metas de execução e tornar os parques mais atrativos para a comunidade que os circundam.

A julgar pelas opiniões dos entrevistados, uma das principais prioridades seria a garantia da segurança em cada parque, pois são muitas vezes alvos de grupos de marginais, e segundo os relatos, não são raros os casos de estupro e ou assaltos nas proximidades de cada parque.

7. GERENCIAMENTO DOS PARQUES

Outra seção do questionário esteve voltada para as questões de gerenciamento, problemas, participação da comunidade, papel do governo e

participação da iniciativa privada. O objetivo era levantar as aspirações da população quanto à gestão do parque ecológico.

Entre os problemas mais significativos apontados, e que impedem uma freqüência maior da população circundante aos parques ecológicos, está a falta de segurança. Em consequência, a população, apesar do perfil diferenciado das três cidades pesquisadas, não percebe os parques ecológicos como áreas seguras para o lazer e bem gerenciadas pelos órgãos competentes.

Além disso, a população considera os parques ecológicos como áreas poluídas e propícias ao tráfico de drogas e à presença de viciados, em decorrência do principal problema que é a segurança. Vários entrevistados vêem nas áreas um ambiente de “marginais”, “criminosos”. Alguns chegam a dizer que a *mata* (ou a *selva*) no parque ecológico, especialmente em São Sebastião, é eminentemente propícia ao crime. Nesses casos, evidencia-se um outro mito sobre as áreas dos parques.

Enquanto uns vêem nestas a “natureza intocada”⁹, outros concebem a natureza como algo ruim ao homem, isto é, a natureza como “selvagem” e violenta, e portanto tendencialmente voltada para o crime. Aliás, é importante ressaltar que geralmente os crimes mencionados são aqueles corriqueiramente cometidos em centros urbanos, não sendo crimes comuns a áreas não urbanas.

Os dados da pesquisa demonstram que o mito da natureza intocada e o mito da natureza selvagem e violenta são complementares e se interagem na conformação do imaginário da população urbana sobre áreas dos parques ecológicos.

No caso de São Sebastião, em torno de ¼ dos pesquisados preferia que o lugar do parque fosse destinado a outros fins, dado o temor da violência. O poder público deve considerar para a melhor gestão desse Parque os sentimentos da comunidade e os riscos que sofre por ter nas proximidades uma área desprotegida e descuidada.

Constatou-se que a população do Plano Piloto, que mora em torno do Parque Olhos d'Água, sente de forma mais incisiva que a área não tem segurança para os poucos e também para os potenciais freqüentadores. Já em Taguatinga, a população por contar com uma patrulha no Parque sente de forma mais moderada essa necessidade, mas que é, ainda, a sua principal demanda em relação à melhor utilização da área. Em São Sebastião, ocorre do mesmo modo.

⁹ O deputado Wasny de Roure, em seu projeto de lei que cria o Parque São Sebastião, assim se refere à mata, como algo intocado pelo homem, e, portanto, merecedora de preservação.

7.1 PARQUE ECOLÓGICO OLHOS D'ÁGUA

Em um primeiro momento, procurou-se levantar os principais problemas apresentados pelos parques ecológicos. Os moradores das quadras vizinhas ao Parque Olhos d'Água alegaram que o principal problema consiste na falta de segurança (23%). Já em segundo e terceiro lugar aparecem a poluição da área do parque (14%) e a pouca divulgação do mesmo (23%). Ainda se destacaram a falta de iluminação do setor (10%) e a presença de traficantes e viciados em drogas (18%).

Diante desses vários problemas apresentados pelos entrevistados, buscou-se conhecer de que forma os vários segmentos, na ótica da comunidade, poderiam atuar para melhorar as condições do parque ecológico. O papel da vizinhança ou comunidade na melhoria da administração do Parque é percebido de forma mais educacional do que pragmática. Ou seja, a comunidade não se vê envolvida ou responsável pela administração do Parque.

Assim, 32% consideraram que a comunidade pode ajudar na preservação da área e 19% na conscientização dos moradores. Já 14% assinalam que a contribuição maior seria na limpeza da área, enquanto 10% acreditam que a melhor forma de colaboração é divulgar o Parque e fiscalizar a área. É interessante destacar que apenas 1% dos entrevistados mencionou a participação na administração da área.

A opinião sobre o papel do Governo do Distrito Federal na melhor gestão dos parques apresenta aspectos contraditórios em relação aos problemas elencados. Apesar de considerar a segurança como o maior entrave ao uso do parque ecológico, a expectativa de garantia da mesma aparece em segundo lugar (21%), atrás do desejo da manutenção da área e de um trabalho conjunto entre a população circundante e a administração do parque que atingiu o percentual de 45% dos entrevistados. Destaca-se o fato que os moradores não desejam a extinção da área e apenas 4% expressaram que estas poderiam ser transferidas para a iniciativa privada.

Em relação ao papel da iniciativa privada, os entrevistados são favoráveis a um trabalho em parceria entre os empresários e o GDF (44%). Consideram que os recursos advindos desse setor poderiam criar uma infra-estrutura para o parque (27%), além de promover eventos no mesmo (22%). Assim, a iniciativa privada ocuparia a função de colaboradora na administração do Parque Ecológico, principalmente com aporte de recursos.

A pequena freqüência ao Parque (cerca de 56% visita a área no máximo uma vez por semana) é diretamente ligada ao problema da segurança. Tanto entre os que não freqüentam quanto entre aqueles que vão ao parque uma ou duas vezes por

semana essa preocupação atinge mais de 50% dos entrevistados, presente em homens e mulheres de diferentes idades.

7.2 PARQUE TAGUATINGA CORTADO

Os habitantes de Taguatinga, em especial as quadras vizinhas ao Parque Cortado, também consideram que o principal problema é a falta de segurança na área (25%). Entretanto, esse parque era o único do Distrito Federal, no momento do levantamento, que contava com um pelotão da Polícia Florestal. Já 15% lembraram a presença de traficantes e viciados no setor como principal dificuldade. Além destes, 12% e 11% assinalaram a pouca divulgação do Parque e a poluição da área como problemas. Apenas 7% dos entrevistados responderam que administração do Parque é também um problema.

Entre os três parques analisados o Parque Ecológico Taguatinga Cortado é o que conta com maior infra-estrutura: seis homens da polícia florestal que fazem a segurança da área, sede própria, churrasqueiras, parque infantil, lixeiras e trilhas apropriadas para caminhadas. Nos finais de semana, a freqüência da população das quadras próximas ao parque é expressiva.

A participação da comunidade é considerada importante, em especial na preservação da área (31%), na limpeza (22%), na divulgação do parque (13%) e na conscientização dos moradores (11%). Vários entrevistados também lembraram que é preciso fiscalizar a área (10%) e ainda realizar mutirões (6%).

Em relação ao papel do GDF, em Taguatinga se repete a mesma freqüência surgida no Plano Piloto. Apesar de considerar a segurança o problema crucial do Parque, a população apontou que o governo deve manter o parque e administrá-lo em colaboração e apoio da comunidade (35%). A garantia da segurança pelo Poder Público foi lembrada por 23% , enquanto a divulgação do parque ficou em terceiro com 15%. Destaca-se que apenas 3% dos entrevistados consideraram que o parque seria melhor administrado pela iniciativa privada.

Isto poderia ocorrer por meio de parcerias entre os empresários e o GDF (36%). Já 32% responderam que a iniciativa privada poderia colaborar somente com infra-estrutura do parque ou na promoção de eventos (18%). Os problemas são vistos de forma igual tanto pelos homens quanto pelas mulheres entrevistadas. Em relação à atuação da comunidade e da iniciativa privada também não se percebeu nenhuma diferença significativa quanto ao gênero.

7.3 PARQUE ECOLÓGICO SÃO SEBASTIÃO

A falta de segurança também atinge a população de São Sebastião. 37% dos entrevistados apontaram esse problema na área do Parque, 25 % assinalaram a poluição e 18%, a presença de traficantes e viciados na mata que compõe o Parque. Já a falta de iluminação e a administração ineficiente do parque foram lembradas por 8% e 4%, respectivamente.

Em decorrência do problema do lixo na área, 32% consideraram que é a principal ajuda da comunidade na administração da área está na limpeza. Já 22% acham que a colaboração poderia ser na preservação e 12% na realização de mutirões.

Com relação ao GDF, este teria o principal papel na manutenção do parque em colaboração com a comunidade e em seguida em garantir a segurança. Um percentual significativo (11%) assinalou que não sabe qual é a função do GDF na administração do parque, o que demonstra a pouca presença do governo na área.

Quanto ao papel da iniciativa privada na administração do parque, 30% responderam que os empresários podem oferecer recursos para a criação da infraestrutura do parque, enquanto 18% consideraram que melhor opção é a parceria entre os empresários e o GDF e a promoção de eventos na área. Significativamente, 24% não têm menor idéia de que forma a iniciativa privada pode atuar no parque. Em São Sebastião, também não se percebeu diferenças significativas nas respostas em relação ao gênero, idade, região de origem, estado civil, tipo de moradia e escolaridade.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da nossa investigação foi discutir a situação dos parques ecológicos do Distrito Federal, bem como da população circunvizinha, e a partir da pesquisa extrair elementos significativos que pudessem contribuir para a melhoria da gestão ambiental dessas áreas no Distrito Federal. Imaginava-se que ao se estudar os parques ecológicos, como unidades de conservação *sui generis*, estaria dando continuidade às inquietações teóricas do projeto de pesquisa anterior intitulado *Sociedade, Tecnologia Agropecuária e Biodiversidade na região dos Cerrados*, promovido também pelo NPCT¹⁰. A principal diferença da atual pesquisa, no entanto, é

¹⁰ Os resultados desse projeto foram publicados no livro *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*, organizado por Laura Maria Goulart Duarte e Maria Lúcia de Santana Braga e editado pela Paralelo 15 em 1998.

que seu foco se voltou para ambiente estritamente urbano, ou seja, os parques ecológicos urbanos.

A pesquisa permitiu ainda discutir temas ambientais relacionados aos centros urbanos, que na última década no Brasil têm sido deixados em segundo plano. O que chama a atenção é que, estando a maior parte da população brasileira residindo em cidades, a pauta ambiental está voltada para temas não urbanos, como a biodiversidade. Por meio desta pesquisa, foi possível aos pesquisadores um contato mais sistemático com os assuntos envolvidos com o meio ambiente urbano, especialmente para as áreas de Cerrado, no Distrito Federal.

No início da pesquisa levantou-se como hipótese que, de certa forma, está comprovada ao final do trabalho. Quanto maior o nível de renda e educação maiores as chances de os parques ecológicos serem vistos pelo seu valor ambiental, em primeiro lugar. Inversamente, quanto menor o índice de renda e educação mais são evidentes as demandas nos parques por lazer e recreação, em primeiro lugar. Isso significa que em termos de elaboração de políticas públicas há que considerar a especificidade da realidade social de cada parque a fim de integrar a comunidade à área do Parque.

No Distrito Federal, os parques ecológicos não contam com *status* suficiente para a implantação de infra-estrutura. Nos últimos anos, houve, em verdade, um esforço governamental para dotar os parques de infra-estrutura para uso pela comunidade. No entanto, o grau de carência vivenciado nos parques analisados demonstra que serão necessários maiores investimentos públicos e privados de modo a torná-los plenamente efetivos para seu uso pela comunidade e visitantes. A política de criação de novos parques, como ocorreu especialmente entre os anos de 1994 e 1996, não veio seguida de uma política de efetiva implantação, com a instalação dos equipamentos e da infra-estrutura necessários. Muitos parques foram criados apenas na lei, sem rebatimento real.

Apenas nos últimos anos é que a comunidade circunvizinha tem se envolvido mais intensamente seja na garantia do espaço do parque ecológico, seja na sua manutenção e gestão. Mas conforme os dados levantados muitos ainda não freqüentam o parque por sentirem-se inseguros. Essa é uma característica que permeou a todos os parques ecológicos investigados. Fica evidenciado assim que a população desconhece as possibilidades dos parques ecológicos.

Nesse sentido, parece ser necessária uma ampla divulgação pela comunidade da existência e benefícios dos parques, para que, no imaginário coletivo a visão do

parque como um ambiente inseguro e perigoso. Ao mesmo tempo, será necessário à comunidade que o poder público garanta a segurança no interior e nas vizinhanças dos parques, o que supõe investimento econômico e social.

Em relação à participação de empresas privadas, os entrevistados concordam com os investimentos privados para a melhoria da qualidade dos parques. No entanto, o que se verifica são tímidas iniciativas do setor privado na gestão dos parques ecológicos. São mais tímidas quanto mais pobre é a realidade social em que se encontra o parque ecológico. Há que destacar, por exemplo, que no Parque São Sebastião inexistiu a participação de empresas ou mesmo pequenos estabelecimentos para a gestão ambiental e social do parque. Isso significa por um lado que a iniciativa privada terá interesse de investir em áreas dos parques ecológicos se o público a freqüentá-lo poderá ser um cliente ou um consumidor potencial da empresa. Por outro lado, é possível que o governo encontre na iniciativa privada empresas que possam se tornar parceiras na gestão dos parques ecológicos. Essas possibilidades parecem não ter sido suficientemente exploradas pelo poder público.

Os parques ecológicos têm um grande potencial por ser espaços privilegiados para a realização da educação ambiental e mesmo a educação no sentido mais amplo, contribuindo para a formação da cidadania. No entanto, esse potencial é pouco explorado pela comunidade e pelo poder público. Quase não foram identificadas atividades com essa finalidade durante o trabalho de campo. Os parques ecológicos, longe de contribuírem para a manutenção da biodiversidade *stricto sensu* do Cerrado, contam com a possibilidade de colocar a população em contato com resquícios do Cerrado e de sua fauna e flora, por meio de atividades de educação ambiental, que é importante para a mudança de comportamento sobre o meio ambiente e a qualidade de vida.

No entanto, esse potencial poderá ser restrito porque na nova formulação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que se encontra em discussão no Congresso Nacional, não contempla a categoria de parques ecológicos, tal como são entendidos no Distrito Federal. Seria necessária uma mobilização social para que a categoria de parque ecológico, mesmo que efetivamente contribua pouco para a manutenção da biodiversidade, seja considerada e incentivada para outras áreas do país, em especial no Cerrado e mesmo no Entorno do Distrito Federal.

De qualquer forma, espera-se que os resultados alcançados pela pesquisa possam servir para a implantação de políticas públicas ambientais de implantação e manutenção dos parques ecológicos. Esse foi o que objetivou a parceria entre a

Universidade de Brasília, por meio do NPCT, e os órgãos do Governo do Distrito Federal.

9 - BIBLIOGRAFIA

- ALHO, Cleber.; MARTINS, Eduardo. (1995) *De grão em grão o Cerrado perde espaço*. Brasília: WWF.
- DIEGUES, Antonio Carlos. (1998) *O mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec. 2ª edição.
- DUARTE, Laura. (1998) *Introdução*. In: DUARTE, Laura Maria Goulart Duarte. BRAGA, Maria Lucia de Santana. *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15.
- FERREIRA, Andréa B. Santos. *Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo do Distrito Federal*. Brasília: IEMA. (mimeo)
- FUNATURA et al. (1999) *Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. Sumário Executivo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- LABARRÈRE, Luizalice. *II Encontro de Parques Ecológicos do Distrito Federal*. Brasília: DITEC/IEMA (mimeo).
- PIRES, Mauro O. (1996) *Desenvolvimento e Sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)*. Brasília: Dissertação de Mestrado (Sociologia) Universidade de Brasília.
- PIRES, Mauro O. (1999a). "Cerrado: biodiversidade e sociedade". In.: IORIS, Edviges. *Plantas Medicinais do Cerrado: perspectivas comunitárias para a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável*. Mineiros: FIMES.
- PIRES, Mauro. (1999b). *Extrativismo e o Desenvolvimento Sustentável no Cerrado*. In: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. Brasília.
- REDE CERRADO de Organizações Não Governamentais. 1999. *Apoio à Conservação e ao Desenvolvimento Sustentável do Cerrado: Proposta de Linhas de Ação*. Brasília. Rede Cerrado. (mimeo).
- ROURE, Wasny. (1996). *Projeto de lei 1835*. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- SEMATEC; IEMA. (1998) *Relatório 4 anos de Meio Ambiente*. Brasília: SEMATEC / IEMA.